

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-380/2020/PGJ, DE 1º.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Francislene de Souza Guerreiro, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 19.11 a 8.12.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 63/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000041-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Batayporã - Assunto: Apurar possível irregularidade na renovação de contratos com as empresas Simpa Assessoria e Planejamento Eireli EPP e Lamper Digitalização e Sistemas Ltda. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001040-9 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. (IC nº 47/2016, migrado para o sistema SAJMP). **Advogado: Danilo Vargas Junior, OAB/MS nº 11.240 (SAAD & DUARTE Advocacia e Consultoria Jurídica).** **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001216-2 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul. **4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001628-0 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Campo Grande. **5) Inquérito Civil nº 06.2017.00002413-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da insuficiência do estoque de insumos e medicamentos do Hospital Municipal de Naviraí. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000710-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerentes: Ministério Público Estadual e Tomas Costa - Requerido: Município de Vicentina - Assunto: Apurar eventuais irregularidades/ilegalidades no Procedimento Licitatório nº 064/2017, Tomada de Preços nº 05/2017, o qual tem como objeto a contratação de agência de publicidade pelo município de Vicentina/MS. **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00000756-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ivan Pereverzieff - Assunto: Apurar possível prática de desmatamento ocorrida em desacordo com a legislação vigente entre 2013 e 2015, na fazenda Guardinha, arrendada para Ivan Pereverzieff, localizada no município de Jardim/MS. **Advogada: Cristiane Alez Jara Teixeira Ramos, OAB/MS nº 8366.** **9) Inquérito Civil nº 06.2018.00000777-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Irineu Lemes da Rosa Filho - Assunto: Apurar possível prática de desmatamento ocorrida em desacordo com a legislação vigente entre os anos de 2013 e 2015, na fazenda Santa Helena, de propriedade de Irineu Lemes da Rosa Filho, localizada no município de



Jardim/MS. **10) Inquérito Civil nº 06.2018.00002505-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerentes: Ministério Público Estadual e o 2º Grupamento de Polícia Militar Ambiental de Mundo Novo - Requerido: Sivino Esposito - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na propriedade do requerido, denominada "Sítio Santa Rosa", localizada neste município de Mundo Novo/MS, noticiados no Auto de Infração nº 2345 - PMA/IMASUL, bem como promover medidas necessárias à recuperação e à reparação ambiental. **Advogado: Carlos Rogério da Silva, OAB/MS nº 8888.** **11) Inquérito Civil nº 06.2018.00003171-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Angélica/MS - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente do Córrego Ouro Verde, na fazenda Guassu, município de Angélica/MS. **12) Inquérito Civil nº 06.2018.00003526-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mildo Ari Vendruscolo - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade denominada "Fazenda Guaíra", localizada nesta cidade de Mundo Novo, noticiada no auto de infrações número 9173815/IBAMA, bem como promover medidas necessárias a recuperação e reparação ambiental. **Advogado: Marcio Ari Vendruscolo, OAB/PR nº 24.736 (AGUIAR & VENDRUSCOLO Advogados Associados).** **13) Inquérito Civil nº 06.2018.00003554-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: apurar eventual ato lesivo ao patrimônio público, pela existência de bens materiais públicos acondicionados no antigo Hospital Municipal de Miranda, que se encontra desativado. **14) Inquérito Civil nº 06.2019.00000052-0** - Promotoria de Justiça de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis e a Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao município de Deodápolis/MS consistente em omissão dos Poderes Legislativo e Executivo do município de Deodápolis/MS no desempenho de suas funções institucionais relativas à gestão, à regularização, à fiscalização, à arrecadação dos tributos IPTU e ISSQN, elencado no art. 10, X, da Lei de Improbidade Administrativa, e à respectiva execução orçamentária". **15) Inquérito Civil nº 06.2019.00000179-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Aparecido Soares - Assunto: Averiguar eventual dano ambiental decorrente de derrubada de árvores no Sítio São João, Linha 23, KM 01, coordenada 71K 0803590VTM7559594, Ipezal e Angélica. Advogado: Antônio Carlos Nascimento Filho, OAB/MS nº 16.225. **16) Inquérito Civil nº 06.2019.00000433-7** - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar denúncia informando o uso de orçamentos falsos em convênios celebrados entre o Poder Público e a Associação de Pais e Amigos do Autista de Campo Grande/MS. **17) Inquérito Civil nº 06.2019.00000911-0 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **Advogada: Cinthia Helena Rodrigues Gomes, OAB/MS nº 19.183.** **18) Inquérito Civil nº 06.2019.00000994-3** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Águas Guariroba S/A - Assunto: Apurar eventual irregularidade no reajuste de 70% para 80% sobre o valor da tarifa de esgoto em relação ao consumo de água pela empresa Águas Guariroba S.A. **19) Inquérito Civil nº 06.2019.00001348-0 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado. **20) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001354-7 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos. **21) Inquérito Civil nº 06.2019.00001428-0** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar e tomar providências em relação à possível falta de acessibilidade na Residência Inclusiva II em Campo Grande. **22) Inquérito Civil nº 06.2019.00001605-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Júlio Alves Martins - Assunto: Promover a adequação das estradas construídas em área de reserva legal, pertencente à fazenda Júlio Martins. **Advogados: Jefferson E. P. dos Santos, OAB/MS nº 6.181, Edmilson A. Pattini Júnior, OAB/SP nº 317.783 e Thiago Batista Barbosa, OAB/SP nº 314.731.** **23) Inquérito Civil nº 06.2019.00001773-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Adriano Carrijo Blanco, Fernando Blanco Carrijo e João Fábio Carrijo Blanco - Assunto: Apurar desmatamento de 26,50 hectares em área de Savana, na fazenda Paraíso, em Três Lagoas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 422/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **24) Inquérito Civil nº 06.2020.00000427-0** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: MULTILAB - Laboratório de Análises Clínicas Ltda. - Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos dos consumidores, por parte da pessoa jurídica Multilab Laboratório de Análises Clínicas Ltda., em razão de publicidade/comercialização do serviço de realização de exame para diagnóstico da doença Covid-19, com coleta de material e recebimento de valores de consumidores, sem o fornecedor em questão dispor de material suficiente para trabalhos laboratoriais e cumprimento de prazos prometidos para entrega de resultados. **Advogados: Sérgio Gerab, OBA/SP nº 102.696 e outros. (RIBEIRO, SOARES & GERAB Advogados Associados).** **25) Inquérito Civil nº 06.2020.00000446-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de



Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fernando Eduardo Areco Dias - Assunto: apurar suposta violação aos princípios administrativos, em tese, pelo vereador Fernando Eduardo Areco Dias, pela utilização de veículo oficial da Câmara Municipal de Bodoquena para fins particulares. **26) Inquérito Civil nº 06.2020.00000557-0 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. (IC nº 54/2013, migrado para o SAJMP), decorrente do declínio de atribuição do MPF. **27) Inquérito Civil nº 06.2020.00000900-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema - Requerentes: Ministério Público Estadual e Juliano Barros Donato - Requerido: MS Polpas e Sucos Ltda.-ME - Assunto: Apurar benefício irregular percebido pela empresa MS Polpas e Sucos-Eireli, consistente na utilização de energia elétrica e abastecimento de água, pagos pelo Município de Ivinhema/MS. **Advogados: Gabriel Antonio Roque, OAB/PR nº 102.815 e Wesley Macedo de Souza, OAB/PR nº 34.290, OAB/SP nº 363.326 (BARANK MACEDO Advogados Associados).** **28) Inquérito Civil nº 06.2020.00001122-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mário Henrique Pereira Passanezi - Assunto: Apurar desmatamento noticiado no Ofício nº 104-2020 da Polícia Militar Ambiental de Coxim/MS, na fazenda Aliança, localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso/MS. **29) Inquérito Civil nº 06.2020.00001229-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa, na modalidade de danos ao erário público, a partir do direcionamento de licitação, cujo objeto era a contratação de empresa responsável pela recarga de cartuchos e *tonners* de impressora, na Câmara de Vereadores de Naviraí/MS.

Campo Grande, 30 de novembro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN  
Procurador de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do MP

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 0002/2020/43PJ/CGR

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Notícia de Fato no Inquérito Civil abaixo discriminado, que pode ser integralmente acessado, via *internet*, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001319-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cemitério Jardim das Palmeiras LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.271.520/0001-00, com sede na avenida Tamandaré, n. 6856, bairro Lagoa da Cruz, Campo Grande/MS

Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos dos consumidores em razão de supostos ilícitos cíveis praticados pelo Cemitério Jardim das Palmeiras Ltda., consistentes em (i) indexação do reajuste da taxa de manutenção ao salário mínimo; (ii) imposição de multa contratual acima do máximo legal; (iii) prática abusiva de venda casada na comercialização das placas de identificação de jazigos.

Campo Grande/MS, 26 de novembro de 2020.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA  
Promotor de Justiça



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**IGUATEMI**

---

**EDITAL N° 007/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil 06.2020.00001259-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Antonio Deni Confessor

Assunto: Apurar eventual dano ambiental constatado no Auto de Infração n. 22647, decorrente do aterramento de vegetação hidromórfica que compõe a Área de Preservação Permanente do Córrego Sacaron.

Iguatemi, 26 de novembro de 2020

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

**EDITAL N° 008/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil 06.2020.00001250-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gianpaolo da Veiga Pessoa Farris

Assunto: Apurar responsabilidade pelo dano ambiental ocorrido na Fazenda Santa Paola, decorrente do corte de exemplares arbóreos de grande porte dispersos em área de reforma de pastagem, totalizando 60 ha, sem Autorização Ambiental.

Iguatemi, 26 de novembro de 2020

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

**EDITAL N° 009/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil 06.2020.00001194-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Danielle Empreendimentos e Promoções LTDA e Walter Carminha.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 3,66 hectares de vegetação nativa e integrante do Bioma de Mata Atlântica (art. 2º da Lei Federal n. 11.428/06), na Fazenda Aviação, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer n. 251/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Iguatemi, 30 de novembro de 2020

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.



---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0042/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2020.00003726-1.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00003726-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: propor e acompanhar, respeitada a discricionabilidade administrativa, a reestruturação do setor administrativo tributário do Município de Deodápolis/MS, a fim de que sejam definidas, ao menos, as funções relacionadas aos seguintes temas: IPTU, ITR, ITBI, ISSQN, Taxas, Receitas Transferidas, Dívida Corrente e Ativa, Baixas Bancárias e atendimento ao contribuinte (informações, protocolo, dentre outras).

Deodápolis/MS, 30 de novembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0043/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2020.00003724-0.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00003724-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: propor, acompanhar e fiscalizar a regularização e as melhorias necessárias à atuação da Administração do Município de Deodápolis nas fases administrativas para a constituição do crédito tributário do imposto municipal ISSQN, e verificar a atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas do município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 30 de novembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça



**EDITAL Nº 0044/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2020.00003723-9.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00003723-9, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: propor, acompanhar e fiscalizar a regularização e as melhorias na Administração do Município de Deodápolis nas fases administrativas para a constituição do crédito tributário do imposto municipal IPTU, e verificar a atualização do cadastro imobiliário do município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 30 de novembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0045/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil Nº 09.2020.00003722-8.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2020.00003722-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: propor e acompanhar, respeitada a discricionariedade administrativa, a realização de estudos de viabilidade econômica para realização de concurso público para o preenchimento de cargos nas áreas de atividade fim de fiscalização e execução tributária, a exemplo de fiscais de tributos, fiscais de obras e posturas e de procuradores.

Deodápolis/MS, 30 de novembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0046/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2020.00003514-1.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00003514-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Defesa Civil do Município de Deodápolis/MS.

Interessado: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL.

Objeto: “acompanhar e fiscalizar a correção da sinalização de trânsito e do controle de velocidade e pesagem de veículos, em trechos críticos da Rodovia MS 274 (Ponte do Rio Dourados, entre os Municípios de Dourados e Deodápolis) e da Rodovia MS 276, notadamente nos trechos de entrada e saída do Distrito de Lagoa Bonita.

Deodápolis/MS, 30 de novembro de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça